

## ■ NACIONAL

*Economia - Brasil*

# Governo edita 40 medidas para buscar R\$ 20 bi

**3** Pacote será anunciado hoje às 9 horas da manhã e trará cortes de gastos e incentivos, além de aumento de impostos

Liliana Enriqueta Lavoratti  
de Brasília

O governo anuncia hoje 40 medidas de ajuste fiscal e de defesa do Plano Real com o objetivo de gerar uma economia de R\$ 20 bilhões (cerca de 2,5% do PIB) nas contas da União. As decisões serão anunciadas hoje às 9h30 no Ministério da Fazenda e foram aprovadas ontem à noite em reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com toda a cúpula econômica. O porta-voz da presidência, embaixador Sérgio Amaral, disse ontem à noite "que haverá corte de gastos e aumento de impostos", mas garantiu que as medidas "não vão significar qualquer ruptura da ordem". "Não haverá infração aos direitos das pessoas", acrescentou.

As várias alternativas em estudo nos últimos dez dias são mais uma tentativa de fazer o ajuste fiscal, melhorar o desempenho da balança comercial e reduzir o déficit das transações correntes do balanço de pagamentos. Além disso, devem procurar amenizar a recessão inevitável em alguns setores com potencial de geração de empregos, como exportação, construção civil e agricultura. Entre as medidas estão o aumento de impostos existentes e a criação de novos tributos, o corte nos gastos públicos - principalmente nas verbas para custeio previstas na proposta do Orçamento de 1998. Após a reunião, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, disse que os cortes de incentivos fiscais deverão ficar abaixo de R\$ 5 bilhões. Adiantou ainda que haverá profundas reduções de investimentos das estatais. Também foram analisadas restrições às importações, estímulo às exportações, corte de incentivos fiscais, extinção e fusão de estatais, e a demissão de servidores sem estabilidade.

Apesar de sinalizarem que o pacote é de "grande magnitude", as autoridades negaram que haverá mudanças nas linhas fundamentais da atual política econômica. "Não tem um Plano Real 2", afirmou o ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, ao sair ontem da reunião no Ministé-

rio da Fazenda e dirigir-se para o encontro com o presidente FHC.

O cardápio do governo para reverter o clima de in tranquilidade gerado no mercado inclui medidas ousadas e que vão na contramão do esforço de reduzir o Custo Brasil. Estudava-se ontem o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - que teria a alíquota elevada de 0,20% para 0,25% ou abrangeria um número maior de operações - e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e das Pessoas Físicas (IRPF). A elevação da carga tributária seria pelo aumento de alíquotas - uma das idéias era criar uma nova alíquota, de 30%, para o IRPF -, mas também pelo fim de várias deduções e pela restrição para as empresas declararem pelo regime simplificado do lucro presumido.

Como o espaço de atuação do go-

verno sem depender do Congresso Nacional é maior no lado das receitas, outra saída cogitada era o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que pode vigorar imediatamente por meio de decreto. Para amenizar o impacto dessa medida, a idéia era restringi-la a mercadorias supérfluas, como o cigarro e bebidas. O governo também cogitava ontem de desengavetar vários projetos paralisados no Congresso - a criação do Imposto sobre Combustíveis e do Imposto Verde.

Outros tributos deverão ser alterados para atacar outro problema do Plano Real: o déficit da balança comercial. Neste sentido, o Imposto de Importação (II) poderá ser elevado para dificultar a entrada no País de uma gama razoável de produtos. Para incrementar as exportações, a

idéia era disponibilizar mais recursos para o financiamento das vendas no exterior, além da criação de um fundo com ações de estatais federais. O alvo principal desse mecanismo é as pequenas e médias empresas, justamente pelo seu alto potencial de geração de empregos. Haverá uma linha especial de financiamento do Banco do Brasil e BNDES para pequenas e médias empresas.

No lado das despesas, o governo promete anunciar hoje um corte drástico nas despesas de custeio e em escala menor naquelas de investimentos previstas na proposta orçamentária para 1998 com o objetivo de garantir o cumprimento da meta fixada para este ano: de gerar um superávit primário (receitas menos despesas, excluindo os gastos com juros da dívida) nas contas da União de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1997, o superávit primário deverá ficar em cerca

de 0,6% do PIB. "O Orçamento para o próximo ano já está no osso, não sabemos de onde o governo pretende cortar mais", disse ontem a este jornal o relator do Orçamento de 1998, deputado Aracy de Paula (PFL-MG).

"O presidente Fernando Henrique Cardoso não pode virar o ano com essa expectativa negativa existente desde a crise que abalou as bolsas no mundo e a confiança dos investidores no Brasil", afirmou ontem a este jornal uma qualificada fonte governamental que preferiu não ser identificada. Segundo apurou este jornal, desta vez o governo está tomando o cuidado de não repetir o pacote fiscal anunciado há um ano e que caiu no esquecimento. Na prática, agora boa parte das medidas anunciadas em outubro de 1996 estão sendo retomadas, como é o caso da fusão e extinção de estatais e redução de gastos com pessoal.

Por isso, as decisões para diminuir as despesas da União são resultado de um geral de várias iniciativas que estavam paradas nos ministérios. Entre elas está o corte de cerca de milhares de aposentadorias irregulares que poderiam gerar um economia de cerca de R\$ 1,6 bilhão ao ano para os gastos da Previdência Social. Outras medidas só serão desovadas agora porque o governo está aproveitando o clima favorável para mexer em áreas até agora intocáveis, como é o caso do corte de quase um terço da renúncia fiscal - na casa de R\$ 18 bilhões anuais.

A idéia é manter apenas os incentivos previstos na Constituição Federal, como aqueles concedidos à Zona Franca de Manaus. Em compensação, deverão ser cortados aqueles relacionados à cultura, às entidades filantrópicas e a programas de empresas com vale-refeição e vale-transporte.